



EGD | ESCOLA DE
Governança
de Dados

EGD | ESCOLA DE GOVERNANÇA DE DADOS

Relatório da primeira
edição da EGD

SOBRE A DATA

A Data Privacy Brasil é uma organização que nasce da união entre uma escola e uma associação civil em prol da promoção da cultura de proteção de dados e direitos digitais no Brasil e no mundo. Fundada em 2018, a Data Privacy Brasil Ensino surgiu como um espaço para difundir e inovar no conhecimento sobre privacidade e proteção de dados no país. Com conteúdo adaptado para uma linguagem mais prática, com exercícios e estudos de caso, trata-se de uma escola para todos aqueles que se interessam e querem se aprofundar na temática da privacidade, proteção de dados e novas tecnologias.

A Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e suprapartidária, que promove a proteção de dados pessoais e outros direitos fundamentais a partir de uma perspectiva de justiça social e das assimetrias de poder.

A partir de 2023, as duas instituições se uniram para formar uma única organização, mantendo os mesmos princípios e atividades. Com o apoio de uma equipe multidisciplinar, realizamos formações, eventos, certificações, consultorias, conteúdos multimídia, pesquisas de interesse público e auditorias cívicas para a promoção de direitos em uma sociedade datificada marcada por assimetrias e injustiças. Por meio da educação, da sensibilização e da mobilização da sociedade, buscamos uma sociedade democrática em que as tecnologias estejam a serviço da autonomia e dignidade das pessoas.

FICHA TÉCNICA

Direção

Bruno Bioni, Mariana Rielli e Rafael Zanatta

Coordenação

Carla Rodrigues, Jaqueline Pigatto, Pedro Martins, Pedro Saliba e Victor Barcellos

Equipe

Barbara Yamasaki, Bianca Marques Eduardo Mendonça, Gabriela Vergili, Giovana Andrade, Isabelle Santos, João Paulo Vicente, Larissa Pacheco, Louise Karczeski, Luize Ribeiro, Matheus Arcanjo, Natasha Nóvoa, Pedro Henrique, Rafael Guimarães, Rennan Willian, Rodolfo Rodrigues e Vinicius Silva

Licença

Creative Commons

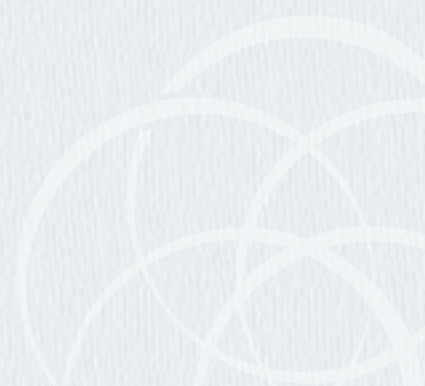
É livre a utilização, circulação, ampliação e produção de documentos derivados desde que citada a fonte original e para finalidades não comerciais.

Imprensa

Para esclarecimentos sobre o documento e entrevistas, entrar em contato pelo e-mail imprensa@dataprivacy.br.org



Sumário Executivo	5
1. Da proteção à governança de dados	7
Por que Governança de Dados?	8
2. Primeira edição da escola	10
A composição e seleção da turma	11
Objetivos do curso	12
Problemas Identificados	12
Objetivos Principais	12
3. Relatório de atividades da Escola de Governança de Dados	13
Dinâmica do curso	13
Dia 1 - Proteção de Dados e uso compartilhado de dados pessoais	13
Dia 2 - Infraestrutura Pública Digital e Prevenção à Fraudes	14
Dia 3 - Fundamentos da Inteligência Artificial e Mitigação de Vieses	15
Dia 4 - Governança de Dados	16
Dia 5 - Geração Cidadã de Dados e Atividade Final	18
4. Feedback dos alunos	21
5. Conclusão	24



SUMÁRIO EXECUTIVO

A primeira edição da Escola de Governança de Dados (EGD), realizada pela Data Privacy Brasil em parceria com o CEDIS-IDP entre 10 e 14 de novembro de 2025, marcou um movimento estratégico: sair de uma agenda centrada na proteção de dados para uma abordagem mais ampla, orientada pela noção de Ecossistema Informacional Justo.

Partindo das bases da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), historicamente associada à defesa da privacidade, transparência e controle de titulares sobre seus dados pessoais, o relatório mostra como a própria expansão da LGPD a múltiplos campos (trabalho, saúde, setor público, farmacêutico, IA, acesso à informação, entre outros) revelou a necessidade de integrar temas hoje muitas vezes fragmentados no campo dos direitos digitais. Regulação de inteligência artificial, uso de bens públicos digitais, infraestruturas públicas digitais, proteção de crianças e adolescentes e liberdade de expressão em plataformas são tratados muitas das vezes como dimensões independentes e insulares.

É nesse contexto que a noção de Ecossistema Informacional Justo aparece como fio condutor conceitual da EGD. Em vez de enxergar a proteção de dados apenas como um conjunto de direitos individuais e obrigações organizacionais, o relatório começa posicionando o campo dos direitos digitais dentro de uma agenda mais ampla, que envolve relações de poder entre plataformas, governos e cidadãos; mitigação de danos coletivos (vigilância em massa, discriminação algorítmica, design persuasivo); preservação de bens públicos digitais e infraestruturas públicas digitais; e consideração dos impactos materiais e ambientais das tecnologias. A proteção de dados, assim, é colocada como peça de um arranjo sociotécnico maior, em diálogo com democracia, justiça social, sustentabilidade e participação pública.

A governança de dados é apresentada como a resposta metodológica e prática a esse novo horizonte. Mais do que um conjunto de técnicas, a governança de dados é uma forma de articular discussões regulatórias e tecnologias envolvendo segurança da informação, proteção de dados pessoais, transparência pública, gestão pública e parcerias público-privadas para desenhar, implementar e supervisionar sistemas tecnológicos. A EGD foi pensada justamente para formar um corpo de profissionais e pesquisadores capaz de alinhar desenvolvimento tecnológico, políticas públicas e direitos fundamentais, tratando tecnologias e políticas como elementos complementares.

Nesse sentido, a composição da turma foi um eixo central do projeto pedagógico. O processo seletivo foi desenhado para ir além de currículos formais, valorizando maturidade crítica, diversidade de trajetórias e compromisso com o interesse público. Houve um esforço deliberado para garantir pluralidade de gênero, raça, classe, território e experiências profissionais, combinado a um edital de bolsas voltado a ampliar o acesso de vozes historicamente sub-representadas.

O resultado foi uma turma multissetorial e interdisciplinar, reunindo profissionais do setor público federal (MGI, SGD, SUS, MEC, ANPD, DATAPREV, SERPRO, MDHC, MCTI, INEP, entre outros), órgãos de controle e justiça (CGDF, Defensorias Públicas, Ministérios Públicos, SUSEP), setor privado (como Jusbrasil, Conexis Brasil Digital, Bravonix, Grupo Cantanhede),

terceiro setor (Fogo Cruzado, Fiquem Sabendo) e academia/pesquisa (UFRJ, UFPB, Fiocruz, IDP, entre outras instituições). Muitos dos participantes atuavam diretamente em políticas de transformação digital, saúde pública, educação, políticas sociais, direitos humanos, infraestrutura de dados e interoperabilidade, o que garantiu a aderência entre o conteúdo do curso e os desafios concretos enfrentados no dia a dia.

A dinâmica do curso combinou aulas expositivas, estudos de caso e atividades práticas ao longo de cinco dias.

- No Dia 1, o foco recaiu nos fundamentos da proteção de dados pessoais, e no caso da transformação digital do SUS. Elaborando a aber
- O Dia 2 abordou prevenção a fraudes e Infraestrutura Pública Digital (IPD), discutindo autenticação, segurança da informação, riscos sociotécnicos e a diferença entre bens públicos digitais e infraestruturas públicas digitais.
- No Dia 3, os participantes discutiram fundamentos de inteligência artificial sob a lente do institucionalismo algorítmico, poder e opacidade algorítmica, justiça algorítmica e mitigação de vieses, por meio de atividades práticas com dados e simulações.
- O Dia 4 tratou diretamente de governança de dados e o estudo de caso do Cadastro Ambiental Rural (CAR), articulando proteção de dados, transparência, IPD e accountability.
- O Dia 5 apresentou a metodologia de Geração Cidadã de Dados, e projetos como Retratos das Enchentes, Painel COVID-19 nas Favelas, InfoAmazonia e Cocozap, e, à tarde, a Atividade Final baseada na Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIPI), na qual grupos desenharam políticas, regulamentaram compartilhamento de dados e responderam a cenários de crise em cada eixo da política.

Do ponto de vista pedagógico, a atividade final funcionou como síntese prática da proposta da EGD: forçou os grupos a integrarem proteção de dados, IPD, IA, avaliação de riscos e governança de dados em decisões concretas sobre desenho institucional, bases legais, salvaguardas, transparência, participação social e respostas a crises, aproximando o conteúdo dos dilemas enfrentados em políticas públicas digitais reais, especialmente no campo da primeira infância.

O retorno dos alunos mostrou grande satisfação com a Escola. O curso obteve um NPS de 96,3. Os depoimentos apontaram a excelência do corpo docente, a profundidade conceitual, a qualidade da curadoria e o ambiente interdisciplinar como pontos fortes. Houve também críticas, especialmente sobre gestão do tempo de fala e necessidade de maior controle das intervenções em algumas aulas, o que oferece subsídios importantes para o aperfeiçoamento de futuras edições.

Em síntese, o relatório conclui que a primeira EGD cumpriu seu objetivo de formar uma rede de profissionais e pesquisadores aptos a atuar em um ecossistema digital complexo, orientando o desenvolvimento tecnológico por parâmetros de justiça, transparência, participação social e proteção de direitos. Mais do que um evento pontual, a Escola é apresentada como o início de um projeto contínuo: usar a governança de dados como ferramenta para fortalecer um ecossistema informacional mais justo, democrático e sustentável no Brasil, a partir das lições aprendidas, das redes criadas e das lacunas que ainda precisam ser enfrentadas em eventuais futuras edições.

1. DA PROTEÇÃO À GOVERNANÇA DE DADOS

Pedro Henrique Santos

Por muito tempo, um slogan muito repetido nos cursos e produtos da Data Privacy Brasil envolvia a busca e defesa por uma **cultura de proteção de dados**. Cultura essa que poderia ser vista na conscientização dos cidadãos acerca de seus direitos enquanto titulares de dados e da implementação de diretrizes de proteção de dados para organizações tratarem seus dados de forma responsável e inovadora.

Essa defesa advinha das promessas da Lei Geral de Proteção de Dados, como a garantia de controle ao acesso aos dados pessoais por parte de titulares, a defesa da privacidade, bem como da transparência e acesso à informação sobre o tratamento de dados de qualquer pessoa, dentre outros.

Contudo, o escopo ampliado de incidência da LGPD já apontava para diferentes caminhos de regulação e estruturação de direitos. Para se ter uma ideia, a LGPD conta com capítulos e disposições que regulam o tratamento de dados de crianças e adolescentes, análise de riscos e relatórios de impacto a proteção de dados (RIPD), medidas de segurança da informação para proteção dos dados e até mesmo para o uso de dados pessoais em decisões automatizadas, como é o caso do direito de revisão desse tipo de decisão.

A aplicação da LGPD também foi se ampliando a outros campos com o tempo. relações de trabalho, marketing e publicidade, acesso à informação, Inteligências artificiais generativas, tratamento de dados pelo setor público e setor farmacêutico são alguns exemplos de campos abarcados pela proteção de dados.

Esse desenvolvimento foi observado por nós e até mesmo resultou em novas pesquisas e formações. Contudo, apesar do sucesso da proteção de dados em ampliar seu campo de incidência, ainda existem temas muito importantes no campo dos direitos digitais a serem abordados. A título de exemplo, a regulação de inteligência artificial, o desenvolvimento e uso de bens públicos digitais e infraestruturas públicas digitais, a proteção de crianças e adolescentes e a liberdade de expressão em redes sociais são temas transversais que precisam de um olhar integrado.

Em outras palavras, o campo dos direitos digitais têm a tendência de se segmentar em seus temas específicos, nesse sentido, é preciso pensar para além desses direitos, em uma visão holística e ecológica¹. É preciso pensar a partir da noção de ***Ecossistema Informacional Justo***.

Mas o que significa isso? Quando pensamos na proteção de dados a partir da noção de um Ecossistema Informacional Justo vemos que leis como a LGPD, embora fundamentais, são apenas uma das peças de um arranjo sociotécnico muito mais amplo. Se a cultura de proteção de dados buscava fortalecer indivíduos e organizações diante dos riscos associados ao uso de dados pessoais, a noção de ecossistema justo exige que consideremos também as **estruturas de poder, as dinâmicas econômicas, os impactos ambientais e as desigualdades sociais** que atravessam o ambiente digital contemporâneo.

1 BIONI, Bruno; RIELLI, Mariana; ZANATTA, Rafael. [Beyond Digital Rights: Towards a Fair Information Ecosystem?](#) Tech Policy Press, 28 fev. 2025.

Nesse sentido, a proteção de dados deixa de ser apenas um conjunto de direitos individuais e obrigações organizacionais e passa a integrar uma agenda mais profunda, que envolve:

- a distribuição equitativa de poder entre plataformas, governos e cidadãos;
- a mitigação de danos coletivos, como vigilância em larga escala, discriminação algorítmica e manipulação informacional;
- a preservação de bens comuns digital e de infraestruturas públicas digitais que ampliem direitos, em vez de restringi-los;
- a incorporação dos impactos ambientais e materiais das tecnologias, reconhecendo que a informação depende de energia, água, minerais e trabalho humano.

Um ecossistema informacional justo também desloca o debate de um foco estritamente individual para uma **dimensão comunitária e coletiva**. Modelos tradicionais, baseados exclusivamente na autodeterminação informativa, já não são suficientes em um mundo no qual decisões automatizadas, sistemas de recomendação e lógicas de vigilância comportamental têm efeitos sociais amplos e muitas vezes imperceptíveis à experiência individual. Essa transformação demanda novas formas de **deliberação coletiva sobre dados**, nas quais comunidades participam da definição de usos legítimos, da governança de seus dados e da distribuição dos benefícios gerados por eles.

Assim, ao falarmos em Ecossistema Informacional Justo, estamos defendendo um paradigma que articula **direitos individuais, garantias coletivas, democracia, sustentabilidade ambiental, equidade econômica e participação pública**. É uma visão que nos permite superar a segmentação típica do campo dos direitos digitais e reposicionar a proteção de dados como parte de uma agenda mais ampla para fortalecer sociedades democráticas, reduzir desigualdades e orientar o desenvolvimento tecnológico para fins socialmente legítimos.

Esse novo horizonte exige que instituições de ensino, organizações da sociedade civil, governos e empresas passem a trabalhar de forma coordenada, produzindo conhecimento, políticas e práticas capazes de responder aos desafios sistêmicos de uma era mediada por dados e inteligência artificial. Para a Data Privacy Brasil, essa mudança representa não apenas uma ampliação temática, mas uma **evolução metodológica**, que busca formar profissionais e pesquisadores capazes de enxergar e intervir no conjunto das relações que moldam a vida digital contemporânea.

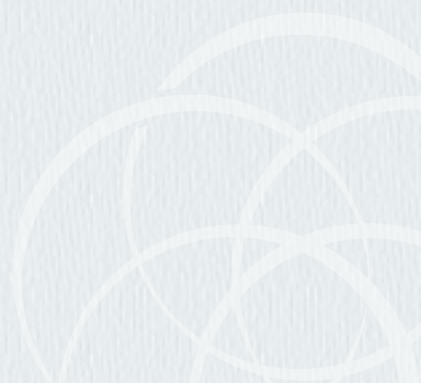
Por que Governança de Dados?

Diante da evolução metodológica promovida pela noção de Ecossistema Informacional Justo, **a Governança de Dados é um modo de atuar frente a esse cenário que une discussões técnicas e regulatórias, bem como diferentes campos do conhecimento** como segurança da informação, proteção de dados pessoais, transparência pública, gestão pública e parcerias público-privadas no desenvolvimento e colaboração de sistemas tecnológicos que irão operacionalizar estas iniciativas.

Com a Governança de Dados, tecnologias e políticas não são vistas de forma antagônica. Elas compõem caminhos e soluções integradas para a construção de uma arquitetura infor-

macional justa. Ao invés de pensar apenas em como regular ou em como inovar exclusivamente, a governança de dados permite com que pensemos tecnologias a partir de necessidades e problemas atuais.

Mais do que uma prática técnica, a governança de dados permite alinhar desenvolvimento tecnológico, políticas públicas e direitos fundamentais. pessoais, infraestruturas públicas digitais, e inteligência artificial. E é isso que buscamos desenvolver na primeira edição da ***Escola de Governança de Dados***.



2. PRIMEIRA EDIÇÃO DA ESCOLA

A composição e seleção da turma



1ª Turma da Escola de Governança de Dados

A formação da primeira turma da Escola de Governança de Dados (EGD) foi concebida como um dos elementos centrais do projeto pedagógico. Diferentemente dos cursos online ao vivo oferecidos pela Data Privacy Brasil nos últimos anos, a EGD exigia uma seletiva capaz de identificar não apenas conhecimento técnico, mas sobretudo maturidade crítica, diversidade de trajetórias e compromisso com o interesse público. O caráter presencial do curso, somado à natureza transversal da governança de dados, demandou uma seleção que refletisse a própria pluralidade do ecossistema brasileiro de dados e tecnologias da informação.

O processo seletivo foi estruturado para ir além dos currículos tradicionais. **A etapa inicial consistiu em uma breve análise de perfil**, na qual os candidatos apresentaram suas motivações, experiências e visão sobre os desafios abordados na EGD. Mais do que títulos acadêmicos ou cargos formais, buscou-se compreender como cada pessoa enxergava o campo de governança de dados a partir de uma perspectiva holística.

A seletiva também adotou critérios de diversidade. Buscou-se a composição plural da turma, valorizando diferenças de gênero, raça, classe, território e experiências profissionais. Esse cuidado foi determinante para que a EGD se tornasse um espaço representativo da realidade brasileira, conectando profissionais de todas as regiões do país, incluindo pessoas da socie-

dade civil, lideranças comunitárias, pesquisadores de diferentes regiões e servidores públicos responsáveis pela implementação direta de políticas públicas digitais.

Além disso, a Data Privacy Brasil lançou um **edital de bolsas** destinado a ampliar o acesso ao curso e garantir a presença de vozes historicamente sub-representadas no debate sobre governança de dados. O edital permitiu custear integralmente a participação de alunos da sociedade civil, pesquisadores independentes e ativistas, assegurando que o corpo discente não fosse composto apenas por profissionais com melhores condições institucionais ou financeiras, mas por profissionais que representassem mais segmentos possivelmente impactados por políticas públicas digitais.

O resultado desse processo foi uma turma multissetorial e interdisciplinar em seu sentido mais profundo. A turma se consolidou como um grupo composto pelos seguintes setores:

Setor público: Tivemos membros do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Secretaria de Governo Digital (SGD/MGI), Sistema Único de Saúde (SUS), Ministério da Educação (MEC), Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (DATAPREV), Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre outros órgãos do governo federal.

Também tivemos a presença de membros da Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), das Defensorias Públicas (DP), do Ministério Público (MP) estaduais e federal. Também contamos com membros da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Setor privado: Empresas como Jusbrasil, Conexis Brasil Digital, Bravonix, Grupo Cantanhede, tiveram membros na escola. Além disso, Instituições do terceiro setor como Fogo Cruzado, Fiquem Sabendo,

Academia e pesquisa: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), entre outras instituições acadêmicas e científicas.

Essa diversidade se manifesta também na atuação direta dos participantes em políticas públicas sensíveis e contemporâneas. A turma contou com servidores de ministérios responsáveis pela transformação digital, saúde pública, educação, políticas sociais e direitos humanos; profissionais envolvidos no desenvolvimento de infraestruturas públicas digitais; analistas que atuam com interoperabilidade de dados; profissionais de empresas e indústria que desenvolvem tecnologias da informação e instituições do terceiro setor ligadas à promoção de direitos.

Em seu conjunto, o corpo discente da primeira EGD materializa o que a governança de dados exige: **um campo que só existe plenamente quando diferentes setores do Estado, da sociedade e do mercado se encontram, debatem e aprendem uns com os outros.** Essa multissetorialidade, aliada à interdisciplinaridade e ao compromisso em promover acesso por meio de bolsas, qualificou os debates em sala. A turma foi, assim, parte essencial da própria pedagogia do curso ao demonstrar que governar dados é, antes de tudo, governar relações, infraestruturas e decisões que atravessam toda a vida social.

Com essa turma, promovemos em 5 dias de curso presencial uma imersão no “guarda-chuva” da governança de dados, a partir de dois momentos: **aulas expositivas, e atividades interativas e simulações.**

Objetivos do curso

O curso foi concebido para responder a um cenário dinâmico em que a **transformação digital exigia a criação de novas capacidades e a formação de um corpo profissional qualificado.** Essa necessidade se aplicava tanto aos agentes públicos responsáveis por conduzir iniciativas de digitalização e governança de dados quanto aos profissionais do setor privado que colaboram com o Estado na oferta de soluções tecnológicas. Pesquisadores e membros da sociedade civil também foram considerados públicos estratégicos, dada a importância do seu papel na produção de reflexões críticas e na defesa de direitos.

Problemas Identificados

Durante o planejamento, foram identificados desafios que justificaram a criação da Escola de Governança de Dados. **O primeiro deles** dizia respeito à aceleração das políticas públicas de digitalização em um contexto no qual o corpo profissional nem sempre estava qualificado para lidar com a natureza interdisciplinar dessas iniciativas. **O segundo deles** diz respeito ao risco de dissonância entre os instrumentos estruturantes das políticas públicas digitais, os parâmetros adotados no desenvolvimento de tecnologias pelo setor privado e as regulações e boas práticas em proteção de dados pessoais, inteligência artificial e transparência pública. **Por último,** também se identificou uma falta de coordenação e articulação entre diferentes atores envolvidos no desenvolvimento, implementação e governança de tecnologias voltadas ao interesse público.

Objetivos Principais

Diante desse diagnóstico, a Escola de Governança de Dados teve como objetivo **ampliar o nível de conhecimento** da turma selecionada em temas como proteção de dados pessoais, segurança da informação, gestão e governança de dados, desenvolvimento tecnológico e transparência pública. **Buscou-se, ainda, formar uma rede capaz de atuar de forma articulada,** promovendo trocas contínuas de experiências, realizando projetos conjuntos e contribuindo para uma governança mais descentralizada e madura no país.

O curso também se propôs a **capacitar os participantes a compreenderem aspectos transversais da governança de dados em políticas públicas.** A expectativa era que, a partir da integração de temas como proteção de dados pessoais, infraestrutura pública digital, governança de inteligência artificial e fundamentos técnicos da governança de dados, os alunos desenvolvessem raciocínio crítico e a capacidade de propor soluções interdisciplinares adequadas às demandas do contexto digital e datificado.

Ao longo das aulas, buscou-se que os participantes compreendessem os valores normativos da proteção de dados pessoais como salvaguardas essenciais para o livre fluxo informacional. O curso também trabalhou elementos técnicos da governança de dados e a relação entre regulações, práticas institucionais e arquitetura informacional.

3. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ESCOLA DE GOVERNANÇA DE DADOS

Dinâmica do curso

Entre 10 e 14 de novembro de 2025, a Data Privacy Brasil, em parceria com o CEDIS-IDP, realizou a primeira edição da Escola de Governança de Dados (EGD), no IDP, em Brasília. Durante cinco dias, especialistas do setor público, academia, sociedade civil e tecnologia da informação participaram de uma imersão voltada a compreender como a proteção de dados, infraestrutura pública digital, inteligência artificial, transparência e justiça informacional se articulam na construção de tecnologias inovadoras e políticas públicas digitais.

A Escola combinou aulas expositivas, estudos de caso e atividades práticas para que os participantes pudessem aplicar conceitos de governança de dados em situações reais. O curso culminou em uma atividade final inspirada na Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNI-PI). A partir da metodologia de **Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL, Problem Based Learning)** cada grupo foi desafiado a formular soluções digitais, regulamentações de compartilhamento de dados e respostas a cenários de crise. **A seguir, veja como foi cada dia da EGD.**

Dia 1 - Proteção de Dados e uso compartilhado de dados pessoais

O primeiro dia foi dedicado aos fundamentos da proteção de dados pessoais e à sua aplicação em políticas públicas, conduzido por **Bruno Bioni**, co-diretor da Data Privacy Brasil e por **Laura Schertel**, Coordenadora do mestrado profissional em Direito do IDP e professora na mesma instituição. Também contamos com a participação de **Adriana Marques**, Encarregada de Proteção de Dados do Ministério da Saúde.

Pela manhã, discutiram-se os princípios estruturantes da LGPD e sua relação com inovação, governança organizacional e formulação de políticas públicas. A aula focou nos fundamentos da proteção de dados como a autodeterminação informativa, bem como da intersecção e ampliação do campo.

Temas como infraestrutura pública digital, Ecossistema informacional justo e as disposições do recém aprovado **ECA Digital** deram o tom do curso e ajudaram a estabelecer o ponto de partida dos dias seguintes.

À tarde, **Adriana Marques** apresentou o caso da transformação digital do SUS, permitindo que os participantes aplicassem metodologias de avaliação de riscos em cenários de uso e compartilhamento de dados sensíveis. A atividade possibilitou analisar bases legais, benefícios, riscos e medidas de mitigação na saúde digital.

Para além desses temas, a aula também abordou de forma ampla a história do SUS e sua digitalização, destacando que tal processo depende de processos de governança de dados para maior eficiência e segurança dos serviços públicos.

O primeiro dia de EGD foi marcado por uma série de discussões, mas uma se destacou: **o tema do acesso à informações públicas e sua relação com serviços públicos digitais.**



Conceito de Ecossistema de Dados apresentado na primeira aula da EGD

Dia 2 - Infraestrutura Pública Digital e Prevenção à Fraudes

O segundo dia contou com exposições de **Fernanda Campagnucci**, Diretora Executiva do InternetLab, e **Yasodara Córdova**, Especialista em Cibersegurança.

Pela manhã, discutiu-se o compartilhamento de dados para prevenção a fraudes, analisando bases operacionais, jurídicas e técnicas que sustentam o intercâmbio de informações em serviços públicos digitais. Estudos de caso e exercícios de análise de risco orientaram a reflexão sobre como equilibrar segurança, eficiência e direitos fundamentais.

A aula desmistificou mecanismos de autenticação considerados plenamente seguros, demonstrando que estratégias de prevenção à fraudes precisam ser amplas e considerar as estratégias de atacantes e criminosos. Também alertou sobre problemas típicos brasileiros quando o assunto é segurança da informação, como a falta de letramento digital, o envelhecimento da população, a falta de medidas de segurança em pequenas médias empresas.

Na visão de Yaso, para uma melhor segurança da informação:

“só existe um jeito, proteger ou coletar menos dados.”

À tarde, Fernanda Campagnucci apresentou os fundamentos da Infraestrutura Pública Digital (IPD), explorando seus componentes como identidade digital, interoperabilidade, sistemas de pagamento e suas implicações para políticas públicas orientadas ao interesse público. Casos como gov.br e Pix estruturaram o debate sobre soberania, inclusão e transparência.



A relação entre bens públicos digitais e IPD's

O grande destaque da aula foi a diferenciação entre bens públicos digitais e infraestruturas públicas digitais (IPD). Sendo os primeiros dados ou softwares que podem ser utilizados e acessados por todos, enquanto os últimos são infraestruturas pertencentes a um estado que não necessariamente tem sua arquitetura ou dados plenamente acessível a todos. Embora uma IPD possa ser aberta e disponível ao público, esse não é o seu caráter definidor.

Dia 3 - Fundamentos da Inteligência Artificial e Mitigação de Vieses

O terceiro dia foi conduzido por **Virgílio Almeida**, Membro da Academia Brasileira de Ciências, e Professor Titular do Departamento de Ciência da Computação da UFMG, e **Paolla Magalhães**, Formada em Engenharia de Computação pela UFC, atua como Cientista de Dados e Engenheira de Machine Learning, com 7 anos de experiência.

Pela manhã, Virgílio apresentou os fundamentos da Inteligência Artificial sob a lente do institucionalismo algorítmico, discutindo como sistemas automatizados moldam práticas sociais, decisões e políticas públicas. Foram debatidos temas como opacidade, poder algorítmico, governança e accountability.

Um destaque da aula foi a demonstração de que os problemas de sistemas automatizados são de ordem epistemológica na medida em que produzem conhecimento sobre a sociedade, ao mesmo tempo que são problemas de ordem política, na medida em que o conhecimento produzido por essas tecnologias influenciam decisões sobre instituições e pessoas

À tarde, Paolla orientou uma atividade prática focada na detecção e mitigação de vieses em sistemas automatizados. A partir da análise de conjuntos de dados e simulações, os participantes compreenderam como vieses emergem ao longo do ciclo de vida de sistemas de IA e exploraram boas práticas de mitigação, conectando justiça algorítmica, proteção de dados e equidade.

Definição de Justiça

PARIDADE ESTATÍSTICA

$$P_{neg_{pre}}(1) = P_{pre}(1)$$

IGUALDADE DE OPORTUNIDADE

$$Fallout_{neg_{pre}} = Fallout_{pre}$$

$$Recall_{neg_{pre}} = Recall_{pre}$$

PARIDADE PREDITIVA

$$Precision_{neg_{pre}} = Precision_{pre}$$

Definição de justiça algorítmica para desenvolvedores

A atividade foi importante para mostrar a diferença entre as noções de justiça algorítmicas do ponto de vista de reguladores e profissionais de direitos digitais, do conceito de justiça de quem desenvolve ferramentas de inteligência artificial. Embora a distância conceitual exista, a mitigação de vieses depende da cooperação entre times de ética e tecnologia e os desenvolvimento, e isso começa por meio da construção de linguagens comuns.

Dia 4 - Governança de Dados



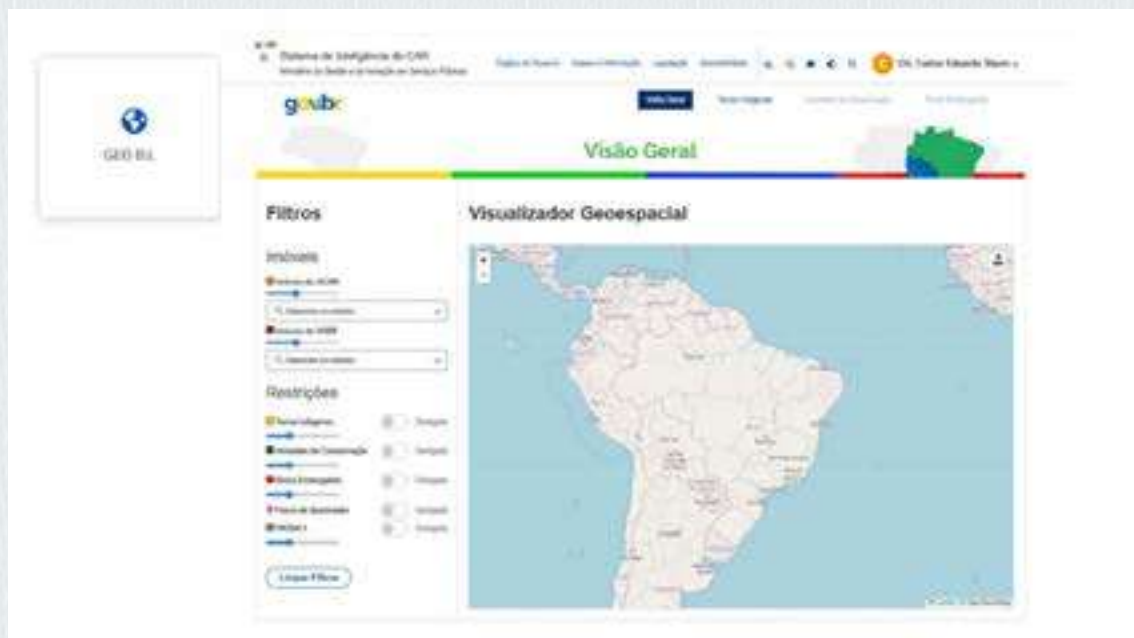
Flávio Lopes em aula no 4º dia da EGD

O quarto dia teve exposições de Flávio Lopes, membro da Coordenação-Geral de Governança de Dados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), e Carlos Sturm, Coordenador-Geral de Estruturação de Dados Ambientais e Territoriais na Secretaria de Governo Digital.

Pela manhã, Flávio apresentou conceitos, frameworks e modelos de governança de dados, discutindo experiências nacionais como a Infraestrutura Nacional de Dados e iniciativas da Secretaria de Governo Digital. Os participantes analisaram níveis de maturidade em governança de dados e refletiram sobre impactos de arranjos institucionais na arquitetura informacional de políticas públicas.

À tarde, a aula conduzida por Carlos Sturm examinou o estudo de caso do Cadastro Ambiental Rural (CAR), integrando governança de dados, IPD e proteção de dados pessoais. O caso permitiu avaliar benefícios, riscos, desafios de interoperabilidade e mecanismos de accountability em políticas ambientais baseadas em grandes volumes de dados.

Algo interessante de se notar é que o CAR passou a ser reconhecido como [o primeiro Bem Público Digital do Brasil](#) e do mundo voltado para a agenda climática, durante a COP30, na mesma semana da EGD.



Exemplo do painel do Cadastro Ambiental Rural em sala de aula

A aula também mostrou como cada elemento de governança de dados se transformou em ações específicas que foram fundamentais pro resultado alcançado com o CAR. O caso do Cadastro Ambiental Rural une boa parte das discussões trabalhadas nos 4 primeiros dias da EGD, passando por proteção de dados, governança, transparência pública, infraestrutura pública digital e bens públicos digitais

Dia 5 - Geração Cidadã de Dados e Atividade Final

O último dia foi conduzido por **Bruno Sousa**, Co-fundador do Instituto Decodifica, e **Manuela Oliveira**, Advogada que integra a Comissão Especial de Inteligência Artificial da OAB/BA. O último dia contou também com **Pedro Martins** (coordenador da área de Formações e Comunidades Da Data) e **Pedro Henrique Santos** (pesquisador na área de Formações e Comunidades Da Data) para condução da atividade final.

Pela manhã, a aula sobre Geração Cidadã de Dados discutiu iniciativas em que cidadãos, comunidades e organizações da sociedade civil produzem dados relevantes para monitoramento de direitos, formulação de políticas públicas e fortalecimento da transparência.



Metodologia da Geração Cidadã de Dados

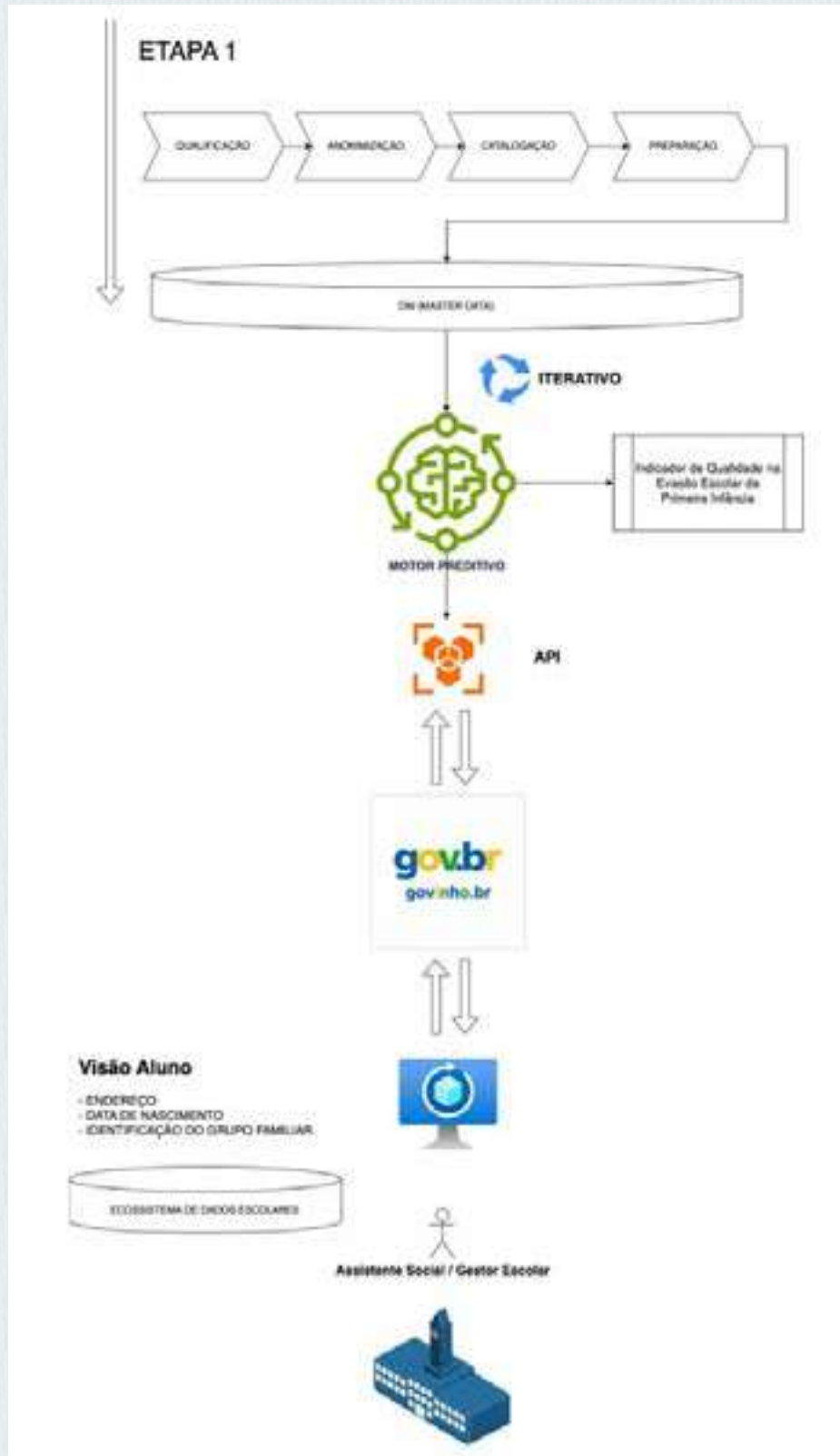
A aula também apresentou outros projetos da Geração Cidadã de Dados como: **O Retratos das Enchentes**, que documenta os impactos de eventos climáticos extremos em favelas. **O Painel COVID-19 nas Favelas**, que monitorou casos e consequências da pandemia em territórios invisibilizados. **O InfoAmazonia**, que integra dados comunitários e informações de satélite para acompanhar questões socioambientais na Amazônia e o **Cocozap**, que utiliza denúncias enviadas pelos moradores para mapear a ausência ou precariedade do saneamento básico.

O debate na aula envolveu temas como inclusão, representatividade, soberania informacional e articulação entre dados governamentais e dados produzidos pela sociedade.

Na parte da tarde, foi realizada a Atividade Final, estruturada a partir de um estudo de caso sobre a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNPI). A política, apresentada como iniciativa em fase de formulação, tinha como objetivo articular dados, serviços e infraestruturas digitais em torno de cinco eixos estruturantes (“Viver com Direitos”, “Viver com Educação”, “Viver com Saúde”, “Viver com Dignidade” e “Integração de Informações e Comunicação com as Famílias”), cada um sob responsabilidade de um ministério distinto.

Os grupos de participantes assumiram o papel dos ministérios responsáveis por cada eixo e foram convidados a desenvolver a política pública e sua solução digital à luz dos conteúdos

trabalhados ao longo do curso. A dinâmica foi dividida em fases. Na **Fase 1**, os grupos definiram a agenda e o desenho da política, explicitando o interesse público central, projetando usos e serviços possíveis, mapeando atores relevantes, identificando riscos principais e descrevendo o funcionamento operacional das soluções tecnológicas propostas, incluindo quais dados seriam utilizados, com quais finalidades e por quais agentes.



Desenho da política pública digital feita por um dos grupos da EGD

Na **Fase 2**, os grupos avançaram para a simulação de **implementação e regulamentação do compartilhamento de dados**, esboçando as bases de uma portaria para cada eixo. Nessa etapa, detalharam categorias de dados a serem compartilhadas, finalidades legítimas e verdadeiras, agentes de tratamento e suas responsabilidades, bases legais aplicáveis, prazos de conservação, critérios de transparência ativa, formas de participação da sociedade civil e procedimentos de avaliação e classificação de riscos, incluindo a indicação de situações de alto risco que demandariam salvaguardas adicionais, como a elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados (RIPD).



Classificação de riscos do caso produzida por um dos grupos da EGD

Por fim, na **Fase 3**, os grupos foram confrontados com **cenários de crise específicos para cada eixo**, inspirados em situações de tensão institucional, social e midiática, como reuso indevido de dados por terceiros, classificações discriminatórias produzidas por modelos preditivos, pressões econômicas por interoperabilidade com o setor privado, exclusões indevidas de famílias de benefícios sociais e falhas de anonimização em painéis públicos. A partir desses cenários, cada grupo teve que propor respostas emergenciais de comunicação e contenção, medidas adicionais de governança de dados, avaliação da eficácia das salvaguardas previamente desenhadas e, quando necessário, planos de reconfiguração da política.

Essa atividade final permitiu consolidar, de forma prática e interdisciplinar, os conhecimentos sobre proteção de dados pessoais, infraestrutura pública digital, inteligência artificial, avaliação de riscos e governança de dados, aproximando os conteúdos da Escola de Governança de Dados dos desafios reais de formulação e implementação de políticas públicas digitais voltadas à primeira infância.

4. FEEDBACK DOS ALUNOS

Avaliação dos alunos e análise dos depoimentos

Como prática, a Data Privacy Brasil estabelece fluxos de feedback com seus alunos para a melhoria de seus cursos e produtos, com a EGD não poderia ser diferente. O formulário de feedback aplicado ao final da Escola de Governança de Dados (EGD) revelou que a experiência foi amplamente reconhecida pelos participantes como uma formação de alto impacto técnico, pedagógico e profissional.

A avaliação dos alunos resultou em um NPS de 85,6, demonstrando que grande parte dos alunos recomendaria o curso para alguém, um sinal de satisfação e excelência para a Data Privacy Brasil



NPS do curso

As respostas analisadas demonstram um curso marcado pela excelência do corpo docente, pela profundidade conceitual dos conteúdos, pela qualidade da curadoria e pelo ambiente interdisciplinar que se consolidou ao longo da semana de imersão. Diversos participantes destacaram a combinação entre rigor técnico e abertura ao diálogo como um dos elementos centrais da experiência. Como sintetizou uma das alunas:

“Foram cinco dias intensos ao lado de uma equipe técnica de altíssimo nível e de uma turma diversa, curiosa e aberta ao diálogo. Esse ambiente tão plural fez cada debate ganhar ainda mais profundidade e significado.”

Esse reconhecimento se repetiu ao longo das respostas, especialmente nos comentários que apontavam as aulas como experiências “magistrais”, “singulares” e “de excelência”. A interdisciplinaridade se destacou como uma das características mais valorizadas. A convivência entre profissionais da gestão pública, pesquisadores, juristas, integrantes de organizações

sociais, membros de comunidades e técnicos de áreas tecnológicas gerou um ambiente profundamente enriquecedor.

Uma participante expressou essa percepção ao dizer:

“Serei repetitiva, mas mais uma vez agradeço a oportunidade incrível que me foi dada, especialmente por ter recebido a bolsa integral pela sociedade civil. Não fosse isso, certamente eu não teria condições de vivenciar essa experiência. No mais, professores e alunos tão heterogêneos proporcionaram uma troca muito especial, nada mais rico que ver um assunto, um tema, com as lentes do outro e assim ampliar horizontes e percepções. Foi demais!” Fabienne Novais

Essa diversidade de perspectivas contribuiu para que muitos identificassem uma transformação pessoal e profissional ao longo da EGD. Outro ponto frequentemente mencionado foi a qualidade da organização e da estrutura de apoio durante todo o curso. Alunos agradeceram o acolhimento e o cuidado com detalhes logísticos, além da atuação dos moderadores, cuja participação foi descrita como essencial. Um dos depoimentos resume essa visão afirmando:

“o Curso foi engrandecedor! O Networking e as disciplinas foram excelentes, e o cuidado da organização foi um grande diferencial. Com certeza vou procurar outros cursos da Data Privacy. Vocês estão de Parabéns!” - Rodrigo Almeida

Embora a avaliação geral tenha sido extremamente positiva, algumas tensões foram relatadas, especialmente relacionadas à dinâmica de fala e ao tempo de aula. Em algumas ocasiões, o excesso de intervenções espontâneas de colegas prejudicou o andamento planejado das atividades na visão dos alunos. Um aluno observou:

“Infelizmente, alguns membros do corpo discente não tinham etiqueta acadêmica elementar para uso da palavra... a aula não fluiu; os colegas se desconcentravam com tantas interrupções despropositadas.”

No que diz respeito aos aprendizados levados pelos participantes, as respostas revelam um conjunto consistente de temas que refletem diretamente os objetivos pedagógicos da EGD. Para muitos, o curso ampliou significativamente sua compreensão do tema, especialmente no contexto das políticas públicas.

“O curso permitiu uma visão muito mais ampla do tema governança de dados, em especial na esfera pública, que tenho pouca experiência. A aula sobre o CAR foi um show.”

A infraestrutura pública digital também foi apontada como um dos principais aprendizados. Vários participantes relataram que o contato com conceitos como IPD, bens públicos digitais e soberania informacional abriu novas perspectivas de atuação. Alguns expressaram isso de maneira direta: “Infraestrutura Pública Digital” e “O conhecimento sobre IPD e bens públicos digitais.”

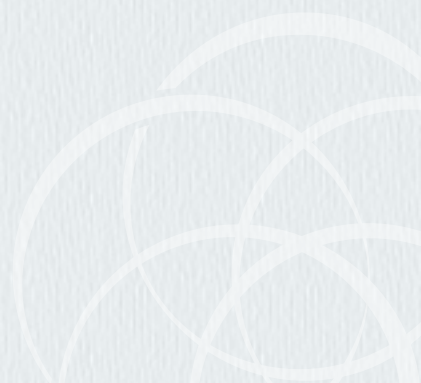
O módulo sobre Geração Cidadã de Dados se destacou de forma especial, trazendo novas epistemologias para o debate sobre governança de dados. Uma das participantes expressou: “Conhecer sobre a Geração Cidadã de Dados foi transformador.” Outra complementou ao relatar o impacto da presença de jovens de comunidades: “O Bruno, que trouxe a visão da juventude preta das comunidades, foi excelente.”

Por fim, muitos alunos relataram um aprendizado transversal e a necessidade de humildade epistêmica e esforço interdisciplinar. Um dos depoimentos mais densos afirma:

“Um dos principais aprendizados diz respeito à ausência de um denominador comum entre engenheiros, técnicos de TI, cientistas políticos e juristas para entendimento da proteção de dados pessoais. Cada um fala a linguagem do seu campo e é preciso um esforço muito intenso para compreensão da linguagem alheia.”

Este trecho sintetiza um dos valores fundamentais da EGD: a construção de pontes entre saberes diversos.

Os depoimentos reforçam que o curso ofereceu uma formação inovadora e necessária no atual contexto de políticas públicas digitais no Brasil. As respostas analisadas indicam que a EGD cumpriu seu papel de capacitar profissionais e pesquisadores para atuarem de forma crítica e qualificada em um ecossistema digital complexo, reforçando seu compromisso com uma governança de dados ética, interdisciplinar e orientada pelo interesse público.



5. CONCLUSÃO

A primeira edição da Escola de Governança de Dados representou, na prática, o movimento da Data Privacy Brasil de uma agenda centrada exclusivamente na proteção de dados para uma abordagem mais ampla, ancorada na ideia de um Ecossistema Informacional Justo e na governança de dados como eixo estruturante. Ao longo de cinco dias, a EGD materializou essa mudança de horizonte: conectou marcos regulatórios como a LGPD, debates sobre inteligência artificial, infraestruturas públicas digitais, bens públicos digitais, geração cidadã de dados e políticas públicas voltadas ao interesse público, sempre com atenção às desigualdades, aos impactos materiais das tecnologias e às relações de poder mediadas por dados.

A composição da turma, multissetorial e interdisciplinar, foi parte central desse resultado. O processo seletivo, somado ao edital de bolsas, garantiu a presença de vozes historicamente pouco representadas e de pessoas diretamente envolvidas na formulação, implementação e crítica de políticas públicas digitais. Em sala de aula, essa diversidade foi pedagógica: tensionou conceitos, trouxe experiências concretas e evidenciou que **governar dados é, em grande medida, governar relações e influenciar infraestruturas e decisões que atravessam a vida social.**

Do ponto de vista metodológico, a EGD conseguiu articular sólido embasamento teórico com atividades práticas e simulações complexas, como a atividade final inspirada na PNIPI. Ao exigir que os grupos estruturassem políticas, regulamentassem o compartilhamento de dados e respondessem a cenários de crise, o curso aproximou a discussão de governança de dados dos dilemas reais enfrentados por gestores públicos, comunidades e instituições.

Este relatório mostra que a Escola de Governança de Dados cumpriu seu propósito : formar uma rede de profissionais e pesquisadores capazes de pensar e atuar em um ecossistema digital complexo, orientando o desenvolvimento tecnológico por parâmetros de justiça, transparência, participação social e proteção de direitos.

Mais do que um evento pontual, a EGD se consolidou como um primeiro passo de um projeto contínuo: fortalecer, a partir da governança de dados, um ecossistema informacional mais justo, democrática e sustentável no Brasil. As lições aprendidas, as redes criadas e as lacunas identificadas apontam para a necessidade de novas edições, pesquisas e parcerias, aprofundando o compromisso da Data Privacy Brasil com uma governança de dados ética promotora da inovação.

Até a próxima!



EGD | ESCOLA DE
Governança
de Dados